

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

DIAS 11, 12 E 13 JULHO, NO ÂMBITO DAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES CULTURAIS DO PAÍS

Gostaria de Vos agradecer as questões levantadas, que nos permitiram refletir e clarificar diversas perspetivas, todas relevantes para a proposta do novo modelo de apoio às artes e para os passos que se seguem.

Mais uma vez pudemos assistir à Vossa capacidade de reflexão e de exposição. É precisamente isso que pretendemos continuar a fazer nos próximos anos: queremos trabalhar direta e diariamente convosco. Sem esta proximidade, abertura e frontalidade, qualquer relação entre poder governativo e agentes culturais será frágil.

O Vosso envolvimento nos processos de reflexão é naturalmente imprescindível para a nossa tomada de decisão responsável e para o rumo que todos pretendemos seguir na gestão das artes e do país.

O debate foi muito rico e todas as questões foram registadas e serão certamente analisadas.

Este modelo é novo, demorou muitos meses a ser construído, teve inúmeras fases, todas de intenso e sério trabalho, nosso e de muitas pessoas que integrámos em momentos cruciais. Acreditamos que um período de leitura e de análise para uma total integração e apropriação das suas potencialidades é fundamental. O desafio e o exercício que vos lançamos é precisamente esse, que o analisem e o testem; não apenas para o Vosso caso em concreto, mas para os de outros, de natureza, objetos e missões distintos.

Nesta fase do processo de revisão do Modelo de Apoio às Artes, entender e incorporar esta nova ferramenta por um lado, e perceber a sua capacidade de resposta aos desafios do setor, por outro, será essencial para a finalização deste diploma e sobretudo para a sua futura utilização.

Este modelo tem de ser capaz de dar resposta à grande variedade e heterogeneidade do setor. As entidades criadoras de Cultura devem encontrar no Modelo de Apoio às Artes uma forma de identificação e de articulação, que contribua para o cumprimento da sua missão de serviço público. Sejam estruturas de programação que existem há muitos anos, sejam novos criadores, sejam projetos de longo ou de curto prazo, seja nos grandes centros urbanos ou fora deles, individualmente, em coprodução, em parceria ou em rede, em território nacional e internacional, as entidades devem encontrar uma oportunidade de aceder aos apoios públicos para as artes. Este é o nosso objetivo.

Sejamos porém, face a este objetivo, o mais focados e pragmáticos possível. O tempo é curto e uma mudança exige sempre uma fase de adaptação. No decorrer deste processo, devemos focar-nos no essencial, que é, em nosso entender, criar um diploma consistente e abrangente, que seja o pilar dos apoios às artes, e simultaneamente continuar a colaborar nas ferramentas e nas condições que operacionalizam o modelo, e em outras medidas que sustentam o crescimento consolidado das artes em Portugal.

Como percebemos, o modelo é orgânico e flexível e o diploma determinará o essencial, é a pedra basilar de um sistema maior. Este modelo que propomos tem, depois do diploma consolidado, a fase de operacionalização, que se consubstancia nos avisos de abertura a concursos e nos procedimentos de candidatura.

Esta é uma das suas enormes vantagens: As questões aqui levantadas, bem como todas aquelas que venham a surgir no decorrer da aplicação continuada da lei, podem ser respondidas e integradas de forma mais orgânica. O decreto-lei determina os princípios da política de apoios para as artes, e este instrumento deve ser estável e durável. Mas, a sua flexibilidade e modularidade permite que, em sede de regulamento e avisos de abertura, seja adaptável às novas dinâmicas e integre necessidades emergentes; no fundo, capacita o modelo a ser um instrumento sempre atual.

O anterior modelo era muitíssimo rígido e determinista. A lei impunha uma gestão de caráter estanque e repetitivo: quer nas características dos concursos, quer nas candidaturas, quer na distribuição geográfica, quer nas áreas e disciplinas artísticas, quer inclusive na avaliação ou no acompanhamento, todos os concursos e avisos simplesmente se replicavam há anos, muitas vezes desfasados das reais carências e dos objetivos dos agentes e do país. Este comportamento ensimesmado falha rotundamente à partida a sua relação de escuta e permanente análise da realidade: o setor, as entidades, os projetos são muito distintos entre si e trazem desafios e necessidades bem diversos, que carecem de respostas ajustadas.

As componentes que estruturam o sistema do apoio às artes - entidades, disciplinas artísticas, domínio de atividade, territórios, públicos, e a forma como se relacionam entre si a cada momento – estão em permanente evolução; não era, portanto, possível manter um sistema de arquitetura estática e tipificada.

Pretendemos de facto simplificar e personalizar: simplificar procedimentos e personalizar a atuação. Compete ao Governo criar soluções ágeis, capazes de garantir níveis de resposta eficazes, que permitam às entidades fazer o seu trabalho: gerir, criar, programar e alcançar os seus públicos. Este instrumento é, em suma, uma solução de gestão cultural, criado para as entidades poderem tirar dele o maior partido e o usarem nas suas múltiplas configurações.

É necessário confiar na capacidade de gestão e de visão de cada entidade e conferir independência e autonomia ao processo de evolução de cada uma em particular. Não pretendemos soluções puramente burocratizadas ou administrativas de réplica ou replicação. Teria sido mais fácil e mais rápido criar um modelo mais ou menos decalcado do anterior, mas não era esse o trilho que as artes e as políticas públicas dos apoios às artes precisavam.

A proposta do novo Modelo de Apoio às Artes vive de uma arquitetura simplificada e de linhas muito claras. No entanto é flexível, inclusiva e agregadora a todos os níveis.

Introduz processos simplificados. Abre-se a novas áreas artísticas. Alarga e reestrutura domínios de atividade. Prevê a interpermutabilidade dos domínios de atividade. Promove e valoriza relações entre setores, entidades e territórios. Prevê o alargamento territorial nacional. Estimula estratégias de desenvolvimento local, individuais e em rede. Valoriza despesas e encargos de estrutura como condição para a sustentação de uma atividade continuada. Inclui financiamento a acolhimento de agentes. Apoia a circulação internacional. Apoia contrapartidas nacionais a projetos com fundos internacionais. Estimula a captação de linhas de apoios e outras formas de investimento. Incrementa estratégias de acompanhamento e agrega mais informação na avaliação. Valoriza boas práticas de gestão e de contratação.

A par destas incorporações, o Modelo de Apoio às Artes mantém a aposta estratégica nos apoios plurianuais – que agora designamos por Apoios Sustentados - e a projetos de desenvolvimento, criação e inovação artística – Os antigos Pontuais, que agora designamos por

Apoio a Projetos. Continuaremos a ter estes dois tipos de Apoio – Sustentados e Projetos – como eixos estruturantes do apoio às artes, mas agora com um âmbito muito mais alargado.

O calendário previsto para os próximos meses é:

- Os processos concursais abrem na 2ª quinzena de setembro e são dirigidos a apoios sustentados, para 4 e para 2 anos; no início de 2018, estas entidades receberão os respetivos apoios;
- Também no início de 2018, abrirão os apoios a projetos;
- O Plano Anual de Prioridades para 2018, documento que indica os processos concursais de cada ano, será anunciado em novembro de 2017;
- O Estudo do Posicionamento das Entidades Artísticas, realizado no âmbito da Revisão do Modelo de Apoio às Artes, será apresentado, na sua íntegra, no último trimestre de 2017;
- Gostaria também de anunciar que o Plano Estratégico Plurianual, que fixará as principais linhas orientadoras do apoio às artes para os próximos 4 anos, será contruído a partir de um debate alargado. Ou seja, vamos solicitar o envolvimento de Representantes do Setor das Artes e assumir uma metodologia participada. Queremos começar a fazê-lo no último trimestre deste ano, de modo a fixar o Plano Estratégico em 2018;
- Aproveito ainda para Vos informar que em 2018 vamos proceder a uma requalificação da DGArtes, com o objetivo de criar melhores condições ao cumprimento de todas as responsabilidades inerentes à sua missão de gestão e desenvolvimento das Políticas Públicas para as Artes, e naturalmente para um mais qualificado acompanhamento das Entidades e dos Projetos Artísticos.

Quase a terminar a minha intervenção, gostaria de partilhar convosco que, os tempos previstos para o circuito legislativo são curtos, no que concerne o normal funcionamento do Estado. É fundamental que as sugestões ao diploma que possam ter, nos cheguem com rapidez e de forma objetiva, para que seja viável a sua leitura, interpretação e, sendo possível, a sua integração ao diploma.

Por fim, resta-me agradecer mais uma vez a Vossa participação em todo este processo. O maior ativo deste trabalho de revisão do Modelo de Apoio às Artes é, sem sombra de dúvida, a reflexão que lhe deu origem e que certamente continuará como sedimento do trabalho futuro. A disponibilidade, a responsabilidade e o empenho que as entidades têm dedicado a este processo é, considero, um exemplo de maturidade do nosso setor e uma demonstração evidente do exercício democrático na construção de políticas culturais para o nosso país.

Obrigado!